



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### **PARECER CJR**

**Projeto de Lei nº 87/2025 – Executivo**

**Autor: Prefeito Municipal**

**Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 87/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, visa abrir crédito especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), destinado ao pagamento em pecúnia de cestas/kits natalinos aos servidores públicos municipais, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.365/2025.

Os recursos provêm de superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

#### **II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

##### ***a) Competência e iniciativa***

A matéria é de iniciativa do Poder Executivo, nos termos do art. 68, I, da Lei Orgânica do Município, tratando-se de tema relacionado à abertura de crédito orçamentário, de competência privativa do Chefe do Executivo, conforme reiterada jurisprudência do STF.

##### ***b) Constitucionalidade e legalidade***

A proposição está em conformidade com:

- Art. 167, V, da Constituição Federal, que exige autorização legislativa para abertura de crédito especial;
- Lei Federal nº 4.320/64, especialmente seu art. 43, §1º, III, ao prever o superávit financeiro como fonte de recurso;



- Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que exige responsabilidade na gestão fiscal e comprovação da origem dos recursos;
- Lei Municipal nº 2.365/2025, que autoriza expressamente o pagamento das cestas natalinas em pecúnia.

Não há vícios de iniciativa, forma ou conteúdo. A matéria respeita os princípios constitucionais da legalidade, eficiência, moralidade e impessoalidade (art. 37, caput, CF).

### ***c) Juridicidade***

A abertura de crédito especial está devidamente fundamentada na norma legal que permite o pagamento em pecúnia (Lei nº 2.365/2025) e na existência de superávit financeiro. O projeto não infringe qualquer norma jurídica vigente e observa os princípios do Direito Financeiro e Administrativo.

### ***d) Técnica legislativa***

A redação do projeto atende às exigências da Lei Complementar nº 95/1998, apresentando ementa clara, dispositivos organizados, cláusula de vigência, revogação e remissão adequada às dotações orçamentárias.

## **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, esta Relatoria constata que o Projeto de Lei nº 87/2025 reúne os requisitos necessários à sua tramitação legislativa, apresentando regularidade formal e material, conforme os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município de São João do Ivaí e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis. A proposta demonstra observância aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal, especialmente no que se refere à correta indicação da fonte de custeio e à compatibilidade com o ordenamento orçamentário vigente. Ademais, o texto legislativo encontra-se estruturado de acordo com as normas da técnica



legislativa, nos moldes da Lei Complementar nº 95/1998. Assim, esta Relatoria manifesta-se favoravelmente à sua aprovação.

São João do Ivaí, 09 de dezembro de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Thiago Henrique Carlos da Silva.


**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
***Relator da Comissão de Justiça e Redação***



## **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, reunida nesta data, decide, por unanimidade, acompanhar integralmente o parecer do relator, manifestando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 87/2025, por estar em conformidade com a legislação vigente.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **PARECER CFO**

**Projeto de Lei nº 87/2025 – Executivo**

**Relator: Vereador Maicon César Rossi**

#### **I – RELATÓRIO**

Chega à análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 87/2025, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no orçamento de 2025, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para pagamento em pecúnia das cestas natalinas aos servidores públicos municipais, nos termos da Lei Municipal nº 2.365/2025.

A proposta vem acompanhada da indicação de fonte de recursos – superávit financeiro do exercício anterior – conforme determina a Lei nº 4.320/64.

#### **II – ANÁLISE TÉCNICO-FINANCEIRA**

##### ***a) Adequação orçamentária e financeira***

A abertura de crédito está devidamente lastreada em superávit financeiro apurado no encerramento do exercício anterior, conforme previsto no art. 43, §1º, III, da Lei nº 4.320/64. Não há indicação de aumento da despesa corrente sem fonte de recurso correspondente.

O valor de R\$ 170.000,00 será alocado na ação orçamentária de manutenção do Departamento de Recursos Humanos, dentro da função administrativa já existente, sem gerar impacto adicional contínuo.

##### ***b) Compatibilidade com o PPA, LDO e LOA***

A abertura do crédito é compatível com os instrumentos de planejamento orçamentário – PPA, LDO e LOA –, conforme permitido por meio de remanejamento e inclusão de dotação via crédito especial, em



consonância com os princípios da Lei Complementar nº 101/2000 (arts. 15 e 16).

***c) Responsabilidade fiscal***

A matéria respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal ao:

1. Apresentar fonte de custeio compatível (superávit financeiro);
2. Não causar desequilíbrio fiscal;
3. Não violar limites de gasto com pessoal ou endividamento.
4. Não se identificam elementos que comprometam a gestão fiscal ou os limites legais do Município.

**III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Considerando a regularidade orçamentária, a indicação da fonte de recurso, e a adequação da despesa aos instrumentos de planejamento, este Relator OPINA FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 87/2025.

São João do Ivaí, 09 de dezembro de 2025.

**Maicon César Rossi**

***Relator da Comissão de Finanças e Orçamento***



## **PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

A Comissão de Finanças e Orçamento, reunida nesta data, após análise do voto do relator, decide, por unanimidade, manifestar-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 87/2025, por estar em conformidade com os princípios da legalidade, equilíbrio orçamentário e responsabilidade fiscal.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2025.

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Presidente*

  
**Maicon César Rossi**  
*Relator*

  
**Edgar Santos de Carvalho**  
*Membro*